



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**



**DESAFIOS POSTOS PARA PESQUISADORES DURANTE O TRABALHO DE  
CAMPO: UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DAS LOUCEIRAS DO  
QUILOMBO DO TALHADO EM SANTA LUZIA-PB**

Valquiria Henrique Targino Villar

**Orientadora:** Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb

JOÃO PESSOA – PB  
2020

VALQUIRIA HENRIQUE TARGINO VILLAR

DESAFIOS POSTOS PARA PESQUISADORES DURANTE O TRABALHO DE  
CAMPO: UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DAS LOUCEIRAS DO QUILOMBO  
DO TALHADO EM SANTA LUZIA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Graduação em Ciências Sociais  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Sociais, na Universidade  
Federal da Paraíba.

Orientadora: Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb

JOÃO PESSOA – PB  
2020

Catálogo na publicação

Sessão de Catálogo e Classificação

**VALQUIRIA HENRIQUE TARGINO VILLAR**

**DESAFIOS POSTOS PARA PESQUISADORES DURANTE O TRABALHO DE  
CAMPO: UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DAS LOUCEIRAS DO  
QUILOMBO DO TALHADO EM SANTA LUZIA-PB**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb – DCS/CCHLA/UEPB (Orientadora)

---

Professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista – UACS/CH/UEFG

---

Professora Dra. Rita de Cássia Melo Santos – DCS/CCHLA/UEPB

João Pessoa, julho de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que qualquer produção deste tipo, por mais simples que seja, se concretiza por várias mãos. Tenho muito a agradecer aos que comigo estiveram direto ou indiretamente, alguns serão citados outros não, mas saibam que contribuíram muito.

Nem sei a quem ou a que de fato agradecer, mas a algo que no momento não tenho como categorizar, dar nomes ou formas, só sei que existe! E transcende o racional; alguns denominam como Deus, outros como uma força do universo, outros como destino, outros como Espíritos elevados. Pois bem, quero agradecer, sabendo que o inexplicável me trouxe até aqui, o sobrenatural, o inexplicável, após seis anos, para finalizar este trabalho. Depois de tantas cobranças que me fiz.

Nessa trajetória houve algumas pessoas bem pontuais, dentre elas está a imensa gratidão aos conselhos e a dedicação do meu Pai (em memória), já que, dele ouvi sempre a frase “a única coisa que ninguém consegue tirar de você são os estudos” esse frase vinha sempre com o empenho de suprir todas as necessidades da criação de sete filhos, e não deixar que nenhum precisasse escolher o estudo ao trabalho, mesmo só tendo ele estudado até a antiga quarta série do primeiro grau.

Agradeço em especial ao meu marido que supriu nossas necessidades financeiras para eu me dedicar somente ao curso, me dando todo apoio nesta jornada e ainda me auxiliando nos trabalhos, mesmo não entendendo muito sobre o assunto, às vezes tudo que precisamos é alguém por perto, e ele desempenhou com muito excelência esse companheirismo, me sentia sempre apoiada por ele.

Quero agradecer a minha professora orientadora, que mesmo não estando desde do início da pesquisa comigo se compadeceu da minha angústia e me estendeu a mão com muito empenho, dedicação, disponibilidade, capricho e respeito ao ofício que lhes foi imputado, de ser alicerce para os que virão edificar novos conhecimentos, disponibilizando seu saber e experiência.

Agradeço as professoras da Banca Examinadora, professoras Rita de Cássia Mello e Mércia Batista por aceitar participar e contribuir com este trabalho.

Meus agradecimentos finais, e não menos importante, dirigem-se aos Quilombolas da Serra do Talhado, em especial as mulheres “loiceiras”, porque mesmo com o sentimento de serem exploradas por algumas pessoas, me permitiram esse exercício e me aceitaram. Agradeço a cada uma que se dispôs a falar comigo, a cada história contada. Agradeço a liderança da Escola Municipal Arlindo Marques, a Prefeitura de Santa Luzia, na figura dos Secretários, da Cultura, da Educação, a Secretaria de Políticas Públicas.

Dedico esse trabalho a Céu (in memória), a Líder das “loiceiras”.

## RESUMO

A monografia vai discutir a questão dos quilombos, tomando como o lugar da pesquisa o Quilombo do Talhado, originalmente situado na Serra de mesmo nome, localizado em Santa Luzia, Sertão Paraibano. Tratamos aqui das relações entre o passado escravagista e o presente, destacando as permanências para além das mudanças instauradas nas vidas de muitos dos descendentes dos africanos escravizados. No caso dos 'Negros do Talhado', a memória e a história da comunidade inscrevem-se na trajetória de um escravo que fugiu e se fixou no alto da Serra e assim deu origem ao Quilombo do Talhado. Buscamos apresentar os percursos que levaram os moradores do Talhado a empreender os deslocamentos da Serra para a Cidade de Santa Luzia, dando ênfase ao papel das mulheres quilombolas que fizeram da produção de louça de barro a base da vida econômica e simbólica da identidade do quilombo do Talhado. Focamos na Associação das Loiceiras e através da observação, da escuta cuidadosa, das entrevistas e aplicação de questionário, procuramos entender como se deu a relação entre a artesanaria do barro e a condição quilombola.

**Palavras-chave: Quilombolas; Identidade; Mulheres artesãs.**

## ABSTRACT

The monograph will discuss the issue of quilombos, taking the place of research Quilombo do Talhado, originally located in the Serra of the same name, located in Santa Luzia, Sertão Paraibano. We are dealing here about the relations between the slavery past and the present, highlighting the permanences beyond the changes established in the lives of many of the descendants of the enslaved Africans. In the case of 'Negros do Talhado', the memory and history of the community are part of the trajectory of an ex-slave who fled and settled on the top of the Serra and thus gave rise to Quilombo do Talhado. We seek to present the routes that led the residents of Talhado to undertake the displacement of the Serra to the City of Santa Luzia, emphasizing the role of quilombola women who made the production of earthenware the basis of the economic and symbolic life of the quilombo's identity. We focus on the Association of Loiceiras and through observation, careful listening, interviews and questionnaire application, we try to understand how the relationship between clay craftsmanship and quilombola condition took place.

**Key words: Quilombolas; Identity; Women artisans.**

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CDR – Coordenação e Desenvolvimento Regional

FCP – Fundação Cultural Palmares

PT – Partido dos Trabalhadores

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Caminho para Santa Luzia. Fonte: Trabalho de campo

Figura 2: Debate na escola sobre políticas públicas.

Figura 3: Produção das loiceiras

Figura 4: Louças do Talhado. Fonte:

<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-da-serra-do-talhado/>

Figura 5: Vista da serra do Talhado

Figura 6: Caminho para chegar na Serra do Talhado, ainda em barro.

Figura 7: Moradores da Serra do Talhado. Fonte: trabalho de campo.

Figura 8: Trio de forró Os Três do Nordeste. Fonte: trabalho de campo.

Figura 9: Irmandade de Negros de N. S do Rosário. Fonte: Irmandade de Negros de N.

S do Rosário. Fonte: <https://www.brasildefatopb.com.br/2019/11/04/artigo-or-irmandades-de-negros-devocao-a-nossa-senhora-do-rosario-e-a-ancestralidade>

Imagem 10: Zé Bento no filme Aruanda. Fonte:

<https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/aruanda-os-50-anos-de-um-filme-classico/>

Imagem 11: Documentário sobre R. Preta. Fonte: <http://portalsemiar.org.br/>

Figura 12: Barro em transformação. Fonte: trabalho de campo

Figura 13: Ferramentas de trabalho das loiceiras. Fonte: trabalho de campo

Figura 14: Comida quilombola. Fonte: <https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/>

Figura 15: Anúncio de Festa quilombola. Fonte: <https://tribunahoje.com/>

Figura 16: as “loičas”. Fonte: trabalho de campo

Figura 17: Peças prontas. Fonte: trabalho de campo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>I CAPÍTULO: ENTRADA EM CAMPO</b>	<b>14</b>
<b>II CAPÍTULO: IDENTIDADES E INSTITUCIONALIZAÇÕES: ORA NEGROS DO TALHADO, ORA QUILOMBOLAS DE SANTA LUZIA.</b>	<b>26</b>
<b>III CAPÍTULO: ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE RENDA E A IDENTIDADE DE “LOICEIRAS”.</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Há uma identidade de loiceira em declínio?</b>	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>

---

## INTRODUÇÃO

A Paraíba é um estado com uma grande diversidade étnica e cultural, com populações indígenas, ciganas e quilombolas, por exemplo. Estima-se que existem 42 comunidades quilombolas em 25 municípios. Dentre estas, destacaremos em nosso estudo o Quilombo do Talhado, localizado no município de Santa Luzia, no Seridó paraibano, situado a 250 km da capital João Pessoa.

O município de Santa Luzia está inserido no Polígono das Secas. Com uma População 14.738 mil habitantes urbanos e na Zona Rural. Os problemas hídricos levam o município a ocupar o sétimo lugar na desertificação, dentre os municípios da Paraíba. Em termos econômicos, o maior rendimento é resultado do emprego da população na máquina pública, com um índice de 20% da população ativa aí empregada, seguido pelas atividades no setor comercial, na especialização do fornecimento de gêneros alimentícios. A paisagem é marcada pelas festas dedicadas aos santos católicos, com destaque para o São João, a festa da Padroeira Santa Luzia e a festa do Rosário dos Pretos. O turismo também tem crescido através dos eventos de eco pedal (ciclismo) e moto-festa (encontro de motoqueiros).

Originalmente, os ‘negros do Talhado’ viviam no alto da serra, naquilo que passou a ser reconhecido como Quilombo do Talhado, já em meados do século XX, com as secas e o crescimento do grupo, passou-se a assistir ao processo de migração, tanto para o sudeste do Brasil, como para a área urbana do município. Hoje moram majoritariamente na cidade, embora continuem a se pensar como ligados a Serra e ao Talhado. A uma altura aproximada de 700 metros, o grupo encontra-se na zona rural do município de Santa Luzia, a 26 km do perímetro urbano<sup>1</sup>.

Nas narrativas e registros observa-se a origem da comunidade associada ao Zé Bento, que chegou a região em 1860. Só no século XXI, em 16 de abril de 2005, é que se vai obter formalmente o reconhecimento por parte do Estado Brasileiro, com a expedição da Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, como sendo remanescente das comunidades dos quilombos (FCP). A certidão é de auto atribuição, mediada pela FCP e diz que aquele conjunto se reconhece enquanto remanescentes da comunidade quilombola.

---

<sup>1</sup> (<http://www.cedefes.org.br>)

A comunidade rural negra, de acordo com os relatos internos, surgiu pela atitude do escravo Zé Bento ter fugido das condições de prisão e exploração, acompanhada por outros que fugiam para lugares distantes e de difícil acesso. Esse lugar é conhecido como espaço de liberdade, onde recomeçavam suas vidas, tirando o sustento da terra por meio da agricultura de sobrevivência, e o trabalho de cerâmica no barro.

Ao longo do tempo essa comunidade foi conhecida nacionalmente através do documentário *Aruanda*<sup>2</sup>, tido como um marco na história do cinema brasileiro, que denunciava as condições sociais de abandono as quais viviam aquela comunidade. O documentário narra o dia a dia daquela comunidade, seu modo de vida, de produção, as dificuldades enfrentadas por eles em um lugar afastado da sociedade. É a partir desta película que os quilombolas da Serra do Talhado foram conhecidos nacionalmente.

Hoje poucos são as pessoas que vivem na Serra do Talhado, tendo a maioria migrado para a sede do município. O grupo, estimado em 125 famílias, entre mulheres, homens e crianças, vivem a maioria na comunidade Urbana do Talhado, no município de Santa Luzia.

Realizamos entre os meses setembro, outubro de 2013 e fevereiro de 2014 uma incursão etnográfica junto ao Quilombo e ao município. Neste sentido, buscamos compreender as trajetórias construídas pelas famílias quilombolas ao longo da sua jornada da Serra do Talhado para o Talhado Urbano. A fim de entender as trajetórias, selecionamos a Associação Comunitária das Loiceiras<sup>3</sup> Negras do Talhado Urbano.

Guiamo-nos pela seguinte questão norteadora: como a identidade quilombola fora institucionalizada ao longo da trajetória do Quilombo do Talhado para o Quilombo Urbano? Para tanto, foi realizada uma pesquisa etnográfica; com observação participante, na Associação comunitária das loiceiras negras do Talhado urbano, aplicação de questionários com as mulheres da associação, registros visuais e ensaiamos duas histórias de vida. As conversas informais com a comunidade fora do núcleo da Associação das loiceiras integram o material etnográfico. Entrevistamos alguns atores institucionais como Secretária de Educação e Cultura, Coordenadora das Políticas Públicas. Também foram feitas entrevista com o Diretor da Escola Quilombola Arlindo Bento Moraes, com alguns professores e alunos da mesma Escola. Fez parte da etnografia um debate com os professores da Escola Estadual Quilombola Arlindo Bento

---

<sup>2</sup> Um Curta metragem de 1960, dirigido pelo cineasta Linduarte Noronha. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=QRWJzOYrLfg>

<sup>3</sup> Loiceiras é uma categoria nativa, referente às artesãs de cerâmica do Talhado Urbano.

Morais, localizada na área urbana, bairro São José. Foi a partir das narrativas desses atores que ensaiamos uma interpretação sobre as trajetórias das famílias da Serra do Talhado e Talhado urbano.

A construção dessa narrativa terá início nas minhas interpretações e leitura de cenário a partir de uma realidade até então desconhecida por mim. O primeiro capítulo mostrará as inseguranças vivenciadas na pesquisa, a vontade de desistir, os impasses de uma aprendiz. A caminhada pelo terreno com sutis armadilhas de difícil acesso. Mas, um caminho de muito aprendizado sobre o respeito a e admiração pela história do “outro”.

No segundo capítulo, a partir das narrativas e conversas informais, veremos como se constituiu a identidade do povo quilombola. No terceiro capítulo apresentarei de uma forma mais direta a importância do artesanato na renda dos quilombolas. Resta dizer que somente algum tempo depois da pesquisa realizada este trabalho chega a sua versão final, pois não foi fácil não se deixar atingir pela luta e histórias de vida dessas mulheres.

## I CAPÍTULO: ENTRADA EM CAMPO

A entrada no campo foi feita desde o primeiro período de graduação em Ciências Sociais na UFPB. Na época conheci Sergio, quando fui monitora em Introdução aos Fundamentos Antropológico I, disciplina ministrada pela professora Dr. Alicia Ferreira. Este aluno era funcionário do Estado na área de Educação. Em uma visita ao município de Santa Luzia a fim de verificar o local para a construção de uma Escola do Governo do Estado, fora abordado pela líder do “artesanato das loiceiras”, convidando-o a conhecer o trabalho desenvolvido por uma comunidade quilombola que ali existia. Desde então, Sérgio contactou a professora Alicia para desenvolver algum trabalho em “Economia Solidária” para esse grupo.

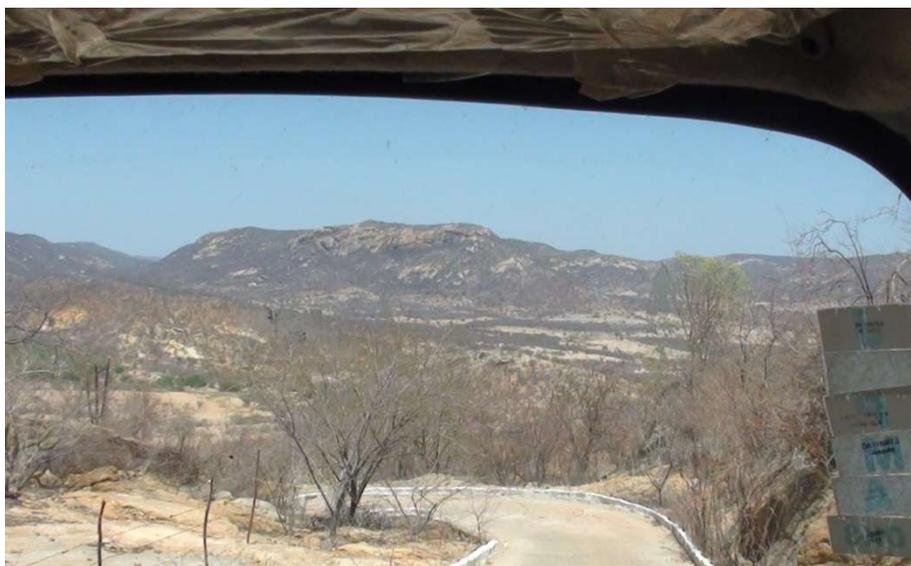


Figura 1: Caminho para Santa Luzia. Fonte: Trabalho de campo

Uma primeira visita acontecera, em um evento promovido pela Escola Quilombola Arlindo Bento Moraes para receber a TV Escola<sup>4</sup>, a fim de gravar um documentário sobre a Educação Quilombola, o que despertou meu interesse pela temática.

Ao se iniciar o trabalho proposto, que implicaria em estabelecer o exercício de pesquisa, algo que se fez em setembro de 2013, fui informada pela professora Alicia, de informações genéricas sobre a região e a sua população, frisando que estaria entrando

---

<sup>4</sup> A Tv Escola é um canal de televisão com o intuito de ensinar e ter a função de escola. Foi criado em 1996, parte do Ministério da Educação do Brasil.

em contato com uma comunidade que está fragilizada em parte pelas promessas de condições melhores de vida. Por outro lado, apesar da história de dificuldades, era possível destacar que essa população vive com o mínimo possível para sobreviver material e socialmente, o que indica uma condição que pode ser lida pelo agente externo como um problema que deveria ser superado. Parti para Santa Luzia com a proposta de fazer um exercício exploratório, e por isso, me colocando na posição de conhecer e aprender com eles, construíam a sua identidade quilombola

No campo fui apresentada a coordenadora Pedagógica da Escola Quilombola Arlindo Bento de Moraes, nossa mediadora entre os quilombolas, mulher expressiva no falar, firme, impositiva, determinada, que expressou saber quem era e a que veio. Primeiro, logo reclamou da hora que chegamos e do tempo que levamos para chegar. Sérgio me apresentou como pesquisadora, ela expressou; *“vou logo dizendo sou chata, gosto das coisas certas, sou pontual”*. Eu toda sem graça brinquei: *“Acho que é melhor eu voltar com vocês, hoje mesmo”*, só para quebrar o clima! Em seguida Sérgio apresentou o orçamento das demandas feitas anteriormente pelas artesãs, a diretora se posicionou firme perguntando; *“Sim, já foi aprovado? Pois só interessa se foi aprovada, e esteja a caminho, se foi para orçamento para ser liberado, ainda não temos nada! Sérgio”*. Nesse momento a conversa foi encerrada.

Em seguida ela me puxou para sala da coordenação e indagou-me suas dúvidas sobre nossas intenções de pesquisa, e eu expliquei que queríamos desenvolver uma oficina para tratar da identidade quilombola, com o tema *“o que é ser mulher, negra e quilombola”*. Ela chamou duas professoras que estavam desenvolvendo um projeto chamado *“mulher da Paz”*. Confesso que não entendi muito bem, mas é como se elas quisessem imprimir nas pessoas que a paz começa no interior de cada pessoa, não é só buscar no externo, mas começa no interno. A oficina entraria nesse sentido de imprimir nas mulheres essa ideologia. Discutimos um pouco sobre como poderíamos desenvolver a ideia e dirigimo-nos para almoçar.

Depois desse primeiro contato (como é conhecida por todos) fora abrandando e o tratamento melhorando, me tiraram à impressão de que não era bem vinda e não teria abertura. Formos muito bem recebidos, com toda uma cuidadosa delicadeza, o que era perceptível pela refeição servida com capricho.

Após o almoço fomos visitar o **galpão** das loiceiras, local onde as peças de barro são feitas, e onde as mulheres se reúnem para trabalhar. O galpão é dividido em duas partes, é grande, fora construído através de finanças de projetos das mulheres

envolvidas. Havia bastantes peças amontoadas nas laterais do galpão esperando o seu comprador, por isso se tornara apertado. Observei que no primeiro galpão eram cinco mulheres trabalhando, no segundo galpão eram seis.

Concentramo-nos mais no primeiro galpão onde se encontrava a líder da associação e começamos a conversar. Sérgio introduziu a conversa, me apresentando a Céu. como pesquisadora, vindo para fazer um trabalho de final de curso. Desenvolveu-se uma conversa “informal”, pois Céu foi dando as regras do jogo. Contando-nos exemplos de pessoas que por lá passaram e não foram bem vindas, como o caso de uma pesquisadora que colheu informações e nunca voltou para mostrar o trabalho. Acabou me afirmando que caso eu fizesse o mesmo ela iria me procurar e que: *“nunca mais você pisa os pés aqui! Já fomos muito enganadas, só nos vem promessa de ajuda e não nos chega nada! Vivemos abandonadas. Agora, Deus enviou Sérgio para nos ajudar!*

Em questões de segundos passou pela minha mente várias interrogações sobre aquelas palavras ecoadas por Céu., faziam em minha mente um estrondo, um tsunami de inseguranças, sentimentos embaraçados, por instantes não conseguia me concentrar e retomar a escuta do que a mesma continuará a falar, pois as minhas angustias em relação à responsabilidade que acabara de ser me dada era pesada demais para o que eu imaginava. O estrondo daquelas palavras ecoava como um tic-tac de um relógio sem parar, ia e voltava, e o temor aumentava.

É importante registrar que toda pesquisa implica em descobertas, e esta estava buscando entender como a identidade daquele grupo se construía. Doce engano, o processo se apresentava muito mais complexo do que imaginava. Sobre minhas mãos repousava tamanha responsabilidade e pensara comigo mesmo; é melhor eu deixar isso como estar! Tentar pesquisar outra coisa, ao mesmo tempo me sentira desafiada a saber o “por quê” dessas angustias. Voltara do meu transe momentâneo. Toda narrativa significava o retorno da pesquisadora à comunidade, uma espécie de economia das trocas simbólicas (BOURDIEU, 2004). Um comprometimento da academia com as questões do grupo.

É preciso registrar que Sérgio, muito bem quisto por elas, facilitou minha aceitação na comunidade, tendo sido indispensável nessa abertura, obviamente por ser ele um funcionário do governo estadual (FOOTE WHITE, 1998). Entregamos os certificados da oficina de Economia Solidária, que acontecera na primeira visita. Apresentara o encaminhamento das demandas apontadas, na visita anterior; solicitadas a à Secretária de Direitos Humanos, através do núcleo de Economia Solidária, a

necessidade de um forno para queimar as peças de barro, luvas para proteger as mãos da temperatura alta do forno, condições melhores de trabalho.

Ao longo da conversa, entre uma fala e outra ela voltava a contar-nos casos, deixando claro mais uma vez, como deveria me comportar como conhecedora dos direitos dessas cidadãs:

“Veio uma pessoa aqui e tirou foto da minha filha criança, de calcinha, com os cabelos todo assanhado e divulgou por todas as regionais, eu entrei com um processo contra ele para reaver essa situação; pois aqui só sai às fotos que a gente quer que saia, tudo tem que passar por nós antes, para sabermos se aprovamos ou não, eu não consegui tirar dinheiro dele, não. Mas ele teve que recolher todas as fotos que havia distribuído e me entregar. Como pega uma foto da minha filha e sai divulgando desse jeito?”

No decorrer da conversa me mostrou saber bem os seus direitos como de cidadã, e o quanto o trabalho delas é importante para o Município, Estado e País. Relatou ainda sobre vários documentários que haviam sido feitos sobre elas, inclusive o documentário “Aruanda”. Nos falou, ainda, sobre a necessidade de algumas famílias no tocante à moradia, citando o caso de uma mulher cuja casa está ‘ameaçada de cair’ e ficar desabrigada. Pediu-lhe para fazer um ofício e me entregar.

Fui, sem perceber, incorporando as pautas da liderança como minhas, sem observar os limites do trabalho etnográfico e as armadilhas que trazia para a pesquisa com tal postura. Como fazê-las entender que eu era, naquele momento, uma pesquisadora de graduação, com muitas limitações? Nesse instante me veio à mente a passagem que Soraya Fleischer (2011) aborda em seu livro sobre as parteiras, quando vincularam a figura dela a imagem de médica ou enfermeira, devido a associação que faziam dela com a pessoa que a tinha introduzido na comunidade, cujo ofício era de agente da área de saúde.

Muitos foram os meus medos e questionamentos, a ponto de ficar sempre repetindo que eu não era representante do governo do estado, apenas uma estudante. As regras do jogo continuaram a ser apresentadas. A líder das loiceiras enfatizava a resistência das artesãs em conceder entrevistas, filmagens e tudo relacionado a informações sobre o que diz respeito a sua história. De fato, nesse momento enfrentei recusas e muito silêncio. Tentei ser mais descontraída possível, embora estivesse aflita.

Naquele primeiro contato tive vontade de voltar para João Pessoa e não passar a semana com elas. Fora tomada pela incerteza de não conseguir adentrar aquele universo

complexo de um grupo que parecia tão simples. Mulheres artesãs de cerâmica, que mantinham sobre si resistência, mas que desconfiavam de sujeitos externos, que vinham usufruir de sua história. Mulheres negras que se modelam como artesãs do barro, trazem e vivem a história da luta e resistência negra no Seridó paraibano.

Portanto minha observação participante fora além da observação, tentei fazer da participação um instrumento de conhecimento. As incertezas tomaram conta de mim, e passei a questionar se em algum momento me seria permitido saber a trajetória da construção da identidade desse povo. Quem irá narra sua história para mim? Essa impressão me acompanhara por vários dias.

Com o retorno de Sérgio para Joao Pessoa, eu busquei a Escola e me conduzi até a pousada onde iria ficar. A Diretora da escola havia comprado lanche para o café da tarde. Durante o lanche, me tratou bem e começou a me contar sua história e as dificuldades que ali existiam. A dinâmica de como funcionava a cidade os conflitos políticos, a economia a situação de exploração pela qual passavam os quilombolas do Talhado. O papel do Estado nessa história e as injustiças vividas. Falou das histórias de lideranças que se aproveitando da História dos quilombolas se beneficiaram financeiramente. Neste mesmo dia a diretora marcou para eu conversar com a Secretaria de Cultura do Município.

À tarde fui entrevistá-la, mulher articulada E, em suas palavras, conhecedora da História dos Quilombos. O discurso estava pronto, na entrevista, em alguns momentos parecia até que ela estava em uma palestra, falava rápido, sem nem precisar fazer-lhes perguntas, falou sobre a história; como o quilombo começou em quais circunstâncias, qual a situação das mulheres hoje, o resgate da cultura, que elas já tinham sido muito explorada e que hoje elas precisavam contar sua história e não outros contarem por elas.

Nesse mesmo dia estava marcado com os professores da Escola um debate sobre as políticas pública na Educação proposto pela Diretora. Confesso não me sentir à vontade para debater sobre esse tema, mas ao mesmo tempo me senti insegura de dizer a Diretora que não era uma boa proposta. A situação já estava muito delicada, não sabia ao certo onde poderia pisar, a sensação mesmo de um campo minado, me sentia o tempo todo testada pelas minhas atitudes, pelo meu posicionamento, e sabia que estava sendo examinada.

Cada vez mais sentia a necessidade da comunidade Escolar saber a quem eu apoiava pelo meu discurso, minhas colocações, eram nítidas, e certo momento direta. A todo instante eu estava sendo observada e analisada, eles me questionavam e me

pressionavam para saber a que lado político pertencia. Por fim em uma programação estabelecida pela coordenadora pedagógica da Escola Quilombola Arlindo Bento Morais, ocorreu um debate, por mim mediado, que foi meu veredito final. Em algumas colocações me identificaram como apoiadora do PT e da então presidente Dilma Rousseff por ter me colocar a favor de algumas políticas públicas, como distribuição de renda.



Figura 2: Debate na escola sobre políticas públicas. Fonte: trabalho de campo.

Iniciei o debate dizendo que eu era uma aluna e pesquisadora da UFPB, não estava ali a serviço de partido político, meu trabalho era pesquisar sem juízo de valor, coletar dados e não interferir nas suas ideias. Mesmo assim algumas colocações foram entendidas como partidárias. O corpo docente da Escola também era classificado pela dicotomia partidária dos que apoiam o Prefeito do Município e os que o não apoiavam. O debate, que a princípio seria para aferir a metodologia posta em prática dos programas e políticas públicas na Escola e principalmente se a identidade Quilombola contribuía como facilitadora de angariar tais políticas públicas, se perdesse, ficou as discursões sobre o que fora, ou não, feito pela prefeitura.

Depois dessa reunião senti as divergências de opiniões entre professores e membros da comunidade quilombola. Os empregos são estabelecidos por apadrinhamento e amizade dos políticos da situação, a permanência neles também é feitas por esse viés. Também conversei com a coordenadora do programa Bolsa

Família do município, que respondeu à todas as minhas indagações sobre o funcionamento do benefício.

Registro que as idas ao galpão das loiceiras me fazia indagar sobre as condições de trabalho naquele calor tão intenso. Neste local teci conversas informais com as mulheres, que falaram dos problemas, das vidas pessoais, das alegrias, festas, da dificuldade de criar seus filhos, dos sonhos. Observei que a ausência da líder permitiu uma abertura com as demais loiceiras do Talhado.

Com o passar dos dias, no fim das tardes, além de fotografar as casas, precisava fazer algumas entrevistas com as mães que recebiam o Programa Bolsa Família. Entrevistei várias mulheres, escolhidas pela líder. A noite eu parava para conversar com algumas mulheres que se reuniam na calçada, perto da casa de Céu. Num certo dia Céu chega de moto táxi e grita: “*Ninguém vai dar entrevista a ela, não*”! “*Já estou irada*”! Todos ficamos constrangidos. A conversa cessou. Sabia que era comigo a quem se referirá, perguntei: -o que está acontecendo? -Você foi procurar (coordenadora da Bolsa Família) sem minha autorização. Tentei explicar, que foi uma oportunidade de entrevista, que alguém se dispôs para mim. Ela já vinha da Escola, e a professora que havia me colocado em contato com a Coordenadora da Bolsa Família, ouviu a entrevista e dissera para líder das loiceiras que as informações seriam que todos os quilombolas recebiam o benefício. Essa informação desencontrava com a informação da líder.

Depois do constrangimento ela disse: “- Eu estou brincando!” Minha sensação de ser aceita na comunidade acabara de ser desfeita, em praça pública. Senti vontade de dizer a Céu que eu não era nenhuma vigarista, enganadora, que tinha um caráter e não precisava passar por tudo aquilo. Minha vontade era deixar aquele lugar e nunca mais colocar meus pés ali. Contudo consegui me controlar, conversar com ela, mesmo que estivesse com meus dentes trincados de tanta raiva e indignação. Fui para a pousada. Minha cabeça latejava de tanta dor, nessa noite descansei.

As declarações giram em torno de que se aproveitam da história e condição delas, de ex-escravos, para adquirir vantagens para o Município e para pessoas individuais que se envolvem nessa História. Nesse caso as menos beneficiadas eram elas, as loiceiras.

Estava super preocupada com a pesquisa, pois eu conseguira entrevistar os secretários do Município, qualquer pessoa que eu queira entrevistar conseguiria, menos a loiceiras. Mas hoje tomo esses impasses como ponto de reflexão. Nem sempre nossos objetivos de pesquisa dão certo, o campo nos conduz a interesses e realidade diferentes.

Estes acontecimentos me fizeram compreender o discurso de resistência aos não quilombolas, a necessidade de controle de informações (BERREMAN, 1987) e de auto empoderamento.

Observo que essas mulheres querem falar, romper com a invisibilidade e os anos de silêncio, mas não querem falar com qualquer um, o que significa dar-lhes o direito de fala; compreendem hoje que este lugar lhes pertence. Sabem que nem todas as instituições (como a escola) lhes acolhem, lhes representam. Sabem o que é viver cotidianamente com a exclusão e o racismo; e encontram na produção das cerâmicas um espaço de positivação de suas identidades, onde o trabalho feminino produz símbolos de distinção, de acordo com um saber que lhe é próprio (WOODWARD, 2012).

(...) precisamente porque as identidades são constituídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (HALL, 2012, p.109).

Trata-se de uma atividade essencialmente feminina, com a produção de peças de cerâmica ou “loiça”, o que garantiu os proventos de muitas famílias em períodos de seca e de declínio da produção de algodão nos anos 80. De acordo com Fortes (2013, 91-92) a loiça é um instrumento de resistência e da identificação com o Talhado e seu pertencimento cultural, pois faz parte de sua história e de suas lutas. A produção das loiças tem início na serra, depois vendidas nas feiras da cidade. Em 1984 é construído o Galpão da cerâmica artesanal de Santa Luzia, com manutenção sob responsabilidade da Prefeitura. Em torno deste galpão residem muitas famílias que fazem parte do quilombo urbano do Talhado.



Figura 3: produção das loiceiras. Fonte: Trabalho De campo.



Figura 04: Louças do Talhado. Fonte:  
<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-da-serra-do-talhado/>

Durante o trabalho de campo também pude conhecer a Serra do Talhado. Fomos eu, duas professoras da Escola Arlindo Bento Morais e alguns alunos. Subimos com o transporte da prefeitura, num dia de intenso calor. Imaginei quantas vezes e sob que condições os moradores, anteriormente, faziam este percurso durante um dia inteiro, com as panelas em cima de um jumento, ou em suas cabeças, para vender as peças na feira de Santa Luzia, conforme imagem do filme de Linduarte Nogueira.



Figura 5: Vista da serra do Talhado. Fonte: Trabalho de campo.

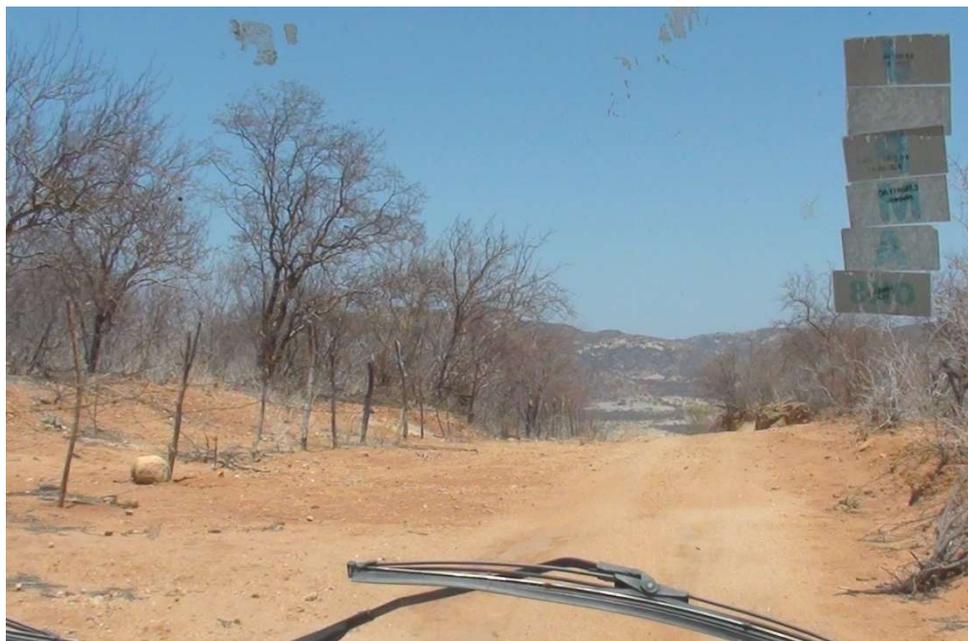


Figura 6: Caminho para chegar na Serra do Talhado, ainda em barro.

Ao longo da subida algumas poucas casas ocupadas por moradores que resistiram à escassez de recursos. Lá em cima ainda moram 05 famílias, entre eles o membro mais velho dos quilombolas. Ele nos recebeu junto com sua esposa Jovelina e algumas filhas. Relataram um pouco da sua vida, as dificuldades advindas da frágil saúde. Nossa visita foi rápida, pois o carro da prefeitura precisava descer para recolher

as crianças da escola e traze-las de volta para o sítio. Descemos a serra. Passei à tarde no galpão.



Figura 7: Moradores da Serra do Talhado. Fonte: trabalho de campo.

No dia 02 de outubro de 2013 fui surpreendida com um telefonema de Antônia me dizendo: “*Céu foi internada em Campina Grande com queimaduras de segundo e terceiro graus, fora queimada com gasolina pelo marido*”. Essa notícia me deixara chocada, pois não ouvira nos dias de pesquisa nenhum comentário sobre violência doméstica. Passaram-se oito dias do acontecimento. No sábado à tarde recebi outro telefonema de Antônia me informando: “*Já sabe né!*! *Custara a acreditar no ocorrido, Céu veio a óbito*”. Não sabia o que fazer ou o que dizer com tamanha indignação, misturada com angústia que me invadira. Tomei a decisão, impelida pelos turbilhões de sentimento incompreensíveis naquele momento, que iria ao sepultamento. A razão se misturava com as emoções. Foram dois dias intenso de dores no sepultamento.

Em fevereiro de 2014 voltei ao campo, dessa vez fiquei hospedada na casa de Gilda, irmã de Céu. Nesta ocasião já havia menos resistência das loiceiras para comigo, conversávamos sobre tudo, com uma condição: as câmaras teriam que estar desligadas. Eu passava o dia todo com elas no galpão conversando e observando o que faziam, era muito bem aceita. Mas quando se falava em gravações ou entrevistas as meninas

recuavam. Minha estratégia foi conversar e observar informalmente. Ainda consegui aplicar um questionário com informações gerais.

Socorro, uma das loiceiras, me perguntou o que eu queria saber. Expliquei que desejava conhecer suas histórias, a sua rotina, como elas se relacionam com os não quilombolas. Ao mesmo tempo em que as observava sentia que elas a todo tempo me observavam também, era uma troca, queriam saber quem eu era e o que estava fazendo ali. Aos poucos fomos desenvolvendo uma interação mais comunicativa (OLIVEIRA, 1996). Assim, através de dores partilhadas e perdas vividas a pesquisa foi sendo feita e as vidas mais conhecidas.

---

## II CAPÍTULO: IDENTIDADES E INSTITUCIONALIZAÇÕES: ORA NEGROS DO TALHADO, ORA QUILOMBOLAS DE SANTA LUZIA.

Segundo Lévi Strauss (1975), a identidade nos remete a uma dialética primordial: a existência do “outro” como condição de afirmação de nossa identidade. A identidade é um processo de definição e classificação de um nós (grupo), sempre em oposição ao outro (grupo distinto do meu), neste sentido a identidade é sempre definida por oposição a outras alteridades. A identidade se constitui por contraste, numa relação interacional. Neste sentido, a identidade se configura no jogo das diferenças e das similaridades.

De acordo com Goldfarb e Chianca (2019, p 117):

O critério de identidade, seja ela étnica ou não, se define por componentes tanto objetivos como subjetivos, que passa pelo estabelecimento de marcadores culturais ou traços distintivos como a língua, religião, alimentação, música, dança, posturas corporais, etc.; mas é preciso ter em mente que a identidade não pode ser reduzida a sua dimensão atributiva, ela também é mutável.

A ideia de uma ação afirmativa por parte do Estado em busca de reparar injustiças históricas cometidas contra determinados segmentos da sociedade tem origem nos Estados Unidos a partir da década de 60 e na Inglaterra no final dos anos 50; articuladas aos estudos culturais e aos movimentos multiculturalistas, particularmente os movimentos negro e feminista. Ações afirmativas são discriminações positivas referenciadas a determinados sinais diacríticos. A partir de Barth, Goldfarb e Chianca (2019, p. 117), chamam atenção para a importância destes sinais:

(...) isto é, sinais ou signos que são utilizados para marcar a distinção entre os grupos em interação. Para Barth, os grupos devem ser pensados por meio da sua organização e formas de identificação grupal, que são construídas de acordo com situações sócio históricas específicas. A atribuição de sinais diacríticos é interessante à medida que classifica as pessoas em termos de sua identidade.

Os sinais diacríticos tendem a serem traduzidos em demandas e em políticas públicas na área da educação, saúde, mercado de trabalho, representação política nas instâncias de poder, no meio rural, etc.

A identidade étnica não nos remete a uma essência, algo fixa e imutável, pois trata-se de fenômeno social, é intrinsecamente híbrido e está articulada aos processos políticos de inclusão e exclusão na sociedade. “A identidade é um lugar que se assume, uma postura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003: p. 15-16).

Com a redemocratização do Brasil e atuação dos movimentos sociais reivindicando o reconhecimento dos direitos civis aos grupos mais discriminados, como negros, índios e mulheres, encontramos na Constituição de 1988 um importante instrumento de reconhecimento de direitos. Segundo Batista e Goldfarb (2018, p. 151):

Em termos de marco legal, (...) temos a baliza fornecida pela Constituição Federal promulgada em 1988, com os artigos 215 e 216, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 68; e, mais especificamente, o Decreto n. 4887 de 20/11/2003, que propõe a identificação das comunidades quilombolas.

Em 2004 o Presidente Lula cria o Programa Brasil Quilombola, e muitos destes direitos se traduzem em ações afirmativas, em políticas discriminatórias positivas, assegurando o acesso desses grupos à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à representação política nas várias instâncias de poder, nos sindicatos, e mais recentemente políticas de acesso ao crédito aos grupos excluídos do mercado formal de trabalho e aos pequenos agricultores.

É necessário destacar que por quilombola entendemos grupos étnicos que tomam o passado de escravidão como referencial de pertencimento e demanda por direitos. Tais grupos são reconhecidos pelo Estado brasileiro através da Fundação Cultural Palmares, constituída a partir da Lei 7.668/1988; responsável pela identificação e certificação de tais grupos. Através da certificação emitida podem acionar direitos específicos e políticas públicas (ARAÚJO, 2011).

A partir destas colocações, refletirmos sobre a trajetória quilombola no Seridó paraibano, que reconhece direitos de reparação de distorções raciais históricas. Pensamos que foi ao longo dos anos de 1990 e 2000 que Santa Luzia institucionaliza o grupo quilombola.

A cidade de Santa Luzia atualmente possui duas comunidades reconhecidas como quilombolas: a da Serra do Talhado e a Comunidade Urbana Serra do Talhado,

que migraram na primeira e estar localizada no bairro de São José, certificada pela FCP em 2005. Também encontramos famílias num local chamado Monte São Sebastião.

A população quilombola é muito importante para a sociedade de Santa Luzia, como a reconhecida prática dos sanfoneiros de forró ou do artesanato em cerâmica. São vistos como fortes, resistentes, com saber e dons naturais, próprios. Através da história dos quilombolas, Santa Luzia busca institucionalizar o município como território criativo afro cultural, o que percebemos em entrevista com a Secretária de Cultura do Município: *“Santa Luzia é uma cidade extremamente africana”*.

Segundo a Secretária de Cultura do Estado, há uma continuidade das práticas ancestrais na construção das peças de barro, que até hoje são feitas da mesma forma que eram feitas há 150 anos, com as “loiceiras” que mantêm essa tradição no artesanato, resistindo a outras formas de construir suas peças: *“Se tirar das mulheres o “pátrio saber minimizam o sentido da vida”, resistiram à sobrevivência”*.

A cidade se utiliza do legado cultural dos quilombolas do Talhado nas principais comemorações festivas, como o São João, com os *negros do Talhado* cantando músicas típicas e os trios de forró, colocando-os ainda num lugar folclórico, acionados apenas em momentos turísticos.



Figura 8: Trio de forró Os Três do Nordeste. Fonte: trabalho de campo.

Já na Festa católica da irmandade do Rosário dos pretos, que tem um século e meio de existência, comemorada no início de outubro, observa-se os reisados e os

lanceiros negros. É a festa em que se afirma o negro na condição de rei. Chico Rei aqui no Brasil colocava um manto para lembrar a sua história na África, ele era rei de uma tribo e foi trazido para o Brasil na condição de escravo. Essa festa era para vivenciar as datas da sua história na África. Nossa Senhora do Rosário era cultuada na posição de Santa católica, mas posta na condição da festa da África em um sincretismo religioso como um orixá. Como parte dos festejos tem a encenação do tópico do juiz, história de um negro que fugiu, chegando aqui foi alforriado.



Figura 9: Irmandade de Negros de N. S do Rosário. Fonte:

<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/11/04/artigo-or-irmandades-de-negros-devocao-a-nossa-senhora-do-rosario-e-a-ancestralidade>

No cotidiano observamos diferentes formas de discriminação em relação aos negros na cidade, responsáveis pelo preconceito com os quilombolas. A expressão repetida por muitos “os negros do Talhado” são atributos pejorativos e acusatórios, muitas vezes tidos como responsáveis pelos casamentos desfeitos, se alguém branco se separa foi por causa de uma *negra do talhado*. Eu mesmo vivenciei uma situação: depois de lavar as mãos enxuguei-as na própria roupa, escutei: “está parecendo às negras do talhado”, referindo-se aos maus hábitos de higiene, me disse uma moradora da cidade.

Os quilombolas carregam os estigmas e o peso de ser negro no Brasil. A história dessa presença é para ser contada e admirada como algo distante e alheio, comemorado apenas em momentos festivos e de forma caricatural. As fronteiras de diferenciação são claras, e só em discursos ou eventos políticos são elevados à condição quilombola, no mais só há negatização.

De acordo com Araújo (2011, p.67), desde a época do Talhado rural que seus moradores são chamados negativamente de “negros do Talhado”, o que vai sendo

ressementizado com o quilombo urbano e o reconhecimento dos direitos quilombolas. Mas, em nossa pesquisa pudemos observar a continuidade deste estigma em referencia aos negros identificados como pertencentes ao Talhado. Isso reflete o racismo existente na cidade, semelhante ao que ocorre em todo o país.

Especialmente os moradores do bairro de São Sebastião, migrados do Talhado rural ou serra do Talhado, ou de outros lugares, vivenciam os estigmas atribuídos aos negros desse bairro, que aliados aos baixos índices de escolaridade os colocam nas piores condições de trabalho e de subsistência.

Entretanto, apesar das dificuldades, observa-se no bairro uma construção identitária entre os que se reconhecem como “do talhado”, que têm eles mesmos ou seus parentes, ligações com este local, sua história, seu reconhecimento, seus elos.

### III CAPÍTULO: ESTRATÉGIAS DE GERAÇÃO DE RENDA E A IDENTIDADE DE “LOICEIRAS”.

Acreditamos que foi a busca por liberdade que levou Zé Bento<sup>5</sup> a fugir para a Serra do Talhado, por ser uma serra íngreme de difícil acesso, dificultando a procura e seu encontro. Zé Bento é considerado pelos estudiosos desse universo quilombola em Santa Luzia, a partir de dados fornecidos pelos próprios nativos, como precursor desta formação (CAVALCANTE, 1975). O filme Aruanda teve grande contribuição neste papel.



Imagem 10: Zé Bento no filme Aruanda. Fonte: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/aruanda-os-50-anos-de-um-filme-classico/>

Segundo o ex-presidente da associação dos moradores de Santa Luzia, há seis anos (desde 2007) todos os quilombolas são beneficiados com as políticas públicas do governo Federal. Suas rendas são compostas de distribuição de leite e fubá, para famílias que tem crianças com idade até seis anos; distribuição de cestas básicas; bolsa família; vale gás; bolsa pro jovem.

A abertura da associação foi pensada a partir dos direitos a contemplação das políticas públicas, e programas sociais. O Presidente da Fundação Cultural Palmares

---

<sup>5</sup> Escravo que deu origem a comunidade Serra do Talhado.

aconselhou a abertura da associação para ter direito de concorrerem aos editais de projetos federais, estaduais e internacionais. Foi por meio da abertura da associação que o primeiro projeto, via Fundação Palmares, foi aprovado no valor de R\$80.0000,00 investido em data show, caixa de som, DVD, TV e instrumentos para os trios de forró do quilombo, e vestuário para Irmandade do Rosário dos Pretos de Santa Luzia: “*Fazia 130 anos que eles esperavam*”, por essas indumentárias.

Em 2010 foram contemplados com outro projeto para o fundo de mulheres do Rio de Janeiro, com 14.000,00 investidos na reforma do galpão. No período da pesquisa estavam concorrendo junto a Secretaria Solidária da Paraíba para a construção do forno para queima das loiças. A queima das loiças é uma das maiores reclamações, pois prejudica muito as loiceiras devido à temperatura do forno que chega a 1000 graus, e a inalação da fumaça do carvão queimado que atinge toda a comunidade, e principalmente as artesãs que precisam estar perto do forno. De acordo com Céu.:

As condições de trabalho prejudicam a saúde como dor na coluna. Não será possível ser mudado, pois a gente aprendeu a trabalhar assim, dessa forma, e não vamos perder as características do nosso trabalho, a posição de trabalhar é essa mesma. Temos que fazer alguma coisa para diminuir essa dor. Eu estou fazendo fisioterapia.

O ofício do fabrico das louças foi passado de geração em geração, onde as mais velhas ensinavam as mais novas. A mais idosa loiceira por mim entrevistada, “R. preta”, avó de Céu., falecida em 2019, iniciou a descida das loiceiras do Talhado para venda na área urbana, nos anos 60. Para ela descer a serra era necessário, pois o sustento da comunidade de ex-escravos que lá viviam vinha do barro (terra), que misturado com água, se transformava em utilitários domésticos através das mãos das mulheres.



Imagem 11: Documentário sobre R. Preta. Fonte: <http://portalsemiar.org.br/>

Rita Preta fez o percurso contrário a Zé Bento, pois era necessário se aproximar da sociedade que escravizara seus antepassados. A busca pela liberdade nesse momento era se firmar nos arredores da cidade e interagir com a mesma.

Essa mudança de lugar não foi abrupta, as pessoas iam se deslocando aos poucos, conforme as necessidades, até formar o Talhado Urbano. A seca foi um dos principais motivos da descida dos quilombolas da Serra, como agricultores principalmente de algodão, a terra seca não lhes dava mais o sustento, a produção de algodão não mais era possível. Esse fenômeno natural dificultou ainda mais a vida dos que ali viviam. Na necessidade de sobrevivência, o caminho feito uma ou duas vezes ao mês para o povoado mais próximo, Santa Luzia, passava a ser realizado cada vez mais frequente. O difícil e árduo trajeto de deslocamento, feito muitas vezes a pé, de bicicleta, a cavalo, ou de jumento lhes exauria o corpo mal alimentado pela escassez de nutrientes.

A difícil condição de vida naquele povoado distante, onde o Estado não chegava e o abandono social era quase total. Falta de condição mínima de sobrevivência como acesso aos hospitais, conta-nos dona N., uma das mais velhas “loiceiras” em atividade: “vi muita criança morrer lá na Serra do Talhado por falta de socorro”. Quando alguém se sentia mal, saíam a cavalo serra abaixo, muitas vezes na penumbra da noite escura, sem se quer identificar o caminho, no meio do mato, em busca de ajuda médica. Quando

chegava, já não tinha mais como salvar as vidas! Pois entre a demora do socorro e a emergência para sobreviver, o encurtamento do tempo era primordial, diante do extenso percurso a emergência foi vitoriosa e levou para si vidas que poderiam estar aqui contando histórias. Não existia energia elétrica, viviam à luz de candeeiro. O acesso à educação escolar era inexistente, no princípio ninguém estudava. Os moradores desciam uma vez no mês para fazer as compras, a alimentação tinha que ser comprada em Santa Luzia.

Diante das dificuldades, da falta de acesso às necessidades de sobrevivência, e da falta de assistência do Estado, os moradores da comunidade da Serra do Talhado foram direcionados a seguir o caminho onde as condições básicas eram mais bem assistidas, mesmo que ainda estivessem de lutar contra a pobreza e a restrições variadas. Ao descerem, em princípio se instalavam em casas de taipa, onde se reuniam para fazer as “loiças”, com pouca estrutura física para acomodá-las.

Como me afirmaram “*as loiceiras se reuniam em um cantinho*” na periferia de Santa Luzia. Ali começaram uma nova etapa de reestruturação. A distância física do acesso ao mercado para negociação das peças se tornara mais perto, menos penoso e sem tanto prejuízo. Um aumento no lucro das peças, em relação proporcional, equacionando tempo e trabalho, levando em conta o tempo gasto pela trajetória de transportar a mercadoria, que durava em média um dia.

Passavam a acionar o Estado, para suprir o direito à vida através dos cuidados e socorro como instituições responsáveis pela saúde, pois agora não precisavam buscar ajuda a cavalo ou de bicicleta, com um acesso mais rápido. Os filhos das loiceiras poderiam frequentar a escola diariamente, sem ter que andar quilômetros na penúria e escuridão, no meio do mato, com o perigo de serem atacados por bichos peçonhentos. Com mais segurança, podiam fazer o percurso em busca de melhoria de vida, que começara a ser ressignificada para aquele grupo de pessoas. Se o Estado não vinha até eles, eles iam até o Estado.

Assim emergiam nesse contexto, em que novas condições de existência iam aos poucos se desenhando, as nuances de uma vida numa sociedade urbanizada, e assim procuravam se inserirem no trabalho e nas instituições públicas. Embora os quilombolas da Serra já tivessem contato com a cidade, esse era esporádico e pontual. Agora eles se inseriam nesta de modo de vida contínuo. As transformações foram se firmando.

Muitos pesquisadores se interessaram pelos quilombolas de Santa Luzia, foram estenografados, filmados, com suas histórias contadas, se tornando mais visíveis interna

e externamente. A partir daí o governo do estado e a prefeitura municipal passaram a intervir, com políticas de redistribuição de renda e incentivo a projetos. Foi por meio dessas políticas que a Associação das loiceiras negra do Talhado Urbano surgiu.

Em 1995, foi construído o galpão, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CDR. Para C. a associação foi de grande importância para as loiceiras, embora para outras tenha sido indiferente. Não observamos reuniões, não havia atas ou registros, e as decisões eram tomadas pelas líderes e a comunidade informada no momento que estavam trabalhando.



Figura 12: Barro em transformação. Fonte: trabalho de campo



Figura 13: Ferramentas de trabalho das loiceiras. Fonte: trabalho de campo

A produção das loiças é feita e vendida individualmente. Quando se aposentam deixam de fazer loiças, e se transformam em revendedoras das loiças. Compram as loiças no galpão e revendem pelo valor maior.

Após o falecimento da presidente, a associação ficou um tempo sem representação. As mulheres que ali trabalham não tinham muito conhecimento burocrático do funcionamento de uma associação. Gilda, irmã da presidente assassinada, depois assume a presidência. Ela nos diz:

“Eu não entendo muito, eu preciso ficar por dentro de tudo, para poder trabalhar. Só vou seguir com esse projeto de associação porque era um sonho de C. É uma forma de mantê-la viva”.

“*As mulheres do quilombo são altamente emancipadas, são muito donas de si, rainhas do lar, guerreira, batalhadoras, e deixa marido com muita facilidade*”. Essa declaração da secretária de cultura do município reconhece a força e resistência destas mulheres guerreiras, que lutam cotidianamente contra o racismo, a pobreza e a discriminação de gênero, pois a violência doméstica está presente em seus

relacionamentos, embora as autoridades e lideranças do município afirmem não existir violência doméstica ali.

No entanto, na aplicação dos questionários 50% das mulheres negras declararam que já haviam sido maltratadas fisicamente por mais de um companheiro, seus relatos falam que os relacionamentos entre casais apresentam-se como violentos e injustos. Todas falaram dos maus tratos que sofria a presidente da associação. Uma afirmou que, num relacionamento de quase dois anos, havia sido violentada várias vezes. Elas eram conhecedoras da violência que também vivia a líder, mas quando ia opinar, ela (líder) respondia: “*ninguém se mete, esse caso eu resolvo*”.

Sua família declarava preocupação com a situação. O irmão já havia ido a sua casa em momentos de briga do casal, mas segundo Gilda, a vítima dizia que esse “problema” era somente dela: “*Ela era muito apaixonada por ele*”! Uma outra loiceira me confidenciou que seu ex-marido tentara matar-lhe várias vezes: “*Eu não deixava ele por causa dos meus filhos, eles eram pequenos, quando eles cresceram eu deixei ele. Hoje eu vivo sozinha não quero nem vê-lo. Tenho sete filhos*”.

Interessante observarmos que somente depois desta triste tragédia pude ter acesso a estas histórias de mais uma violência a que estas mulheres se encontram expostas, além de tantas outras que enfrentam desde sempre, resistindo bravamente como pessoas, mulheres e loiceiras.

### **3.1 Há uma identidade de loiceira em declínio?**

“As loiceiras não podem deixar nunca de fazer as loiças, pois isso é o único traço que restou da identificação dos quilombolas, a sobrevivência da terra. “E elas não querem que suas filhas aprendam essa profissão, deem continuidade a ancestralidade” (Depoimento da Secretária de Cultura municipal)

O município de Santa Luzia adotou a partir dos anos 90 uma perspectiva institucional de uma identidade quilombola, e divulga essa identidade como parte da cultura local. Como visto acima na fala da secretária de cultura, muitas estratégias são desenvolvidas dentro do município, por vias institucionais pelas Secretarias de Cultura e de Educação. Ao conversar com os gestores, pode-se aferir em ações pontuais um

investimento local da Prefeitura nos últimos anos envolvendo a população Santa Luziense a incorporar essa identificação.



Figura 14: Comida quilombola. Fonte: <https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/>



Figura 15: Anúncio de Festa quilombola. Fonte: <https://tribunahoje.com/>

Em eventos patrocinados pelo poder local, é comum ver a cultura quilombola divulgada, nos acontecimentos culturais dentro e fora do município, este se apresenta com ligação direta com os quilombolas. A presença de marcadores está sempre presente, proporcionando à ligação da identidade negra a representações políticas e simbólicas. Fotos das loiceiras do quilombo estudado viajaram o país, sua

ancestralidade do trabalho com a terra de forma tradicional, sem tecnologia, proporciona para o município visibilidade como “valorizador” da cultura local.

São estratégias que enfatizam a cultura, reconhecida como “original” e arcaica, apropriados pelo poder local. Essa atitude traz consigo a noção de tradição, aqui pensada como algo atrelado ao passado.

A representação [...] é uma operação de apropriação e de invenção a partir de elementos daquilo que é representado. Para tanto, as representações recorrem e fazem referência ao conjunto dos estoques de significados cujas propriedades técnicas e estilísticas estão relacionadas a um modo particular de perceber e projetar esquemas, modelos e visões de mundo. (CORRÊA; SILVEIRA, 2014, p. 208-209).

As comunidades quilombolas permanecem reivindicando direitos e reparos sociais, sabem que seus símbolos de luta e de sofrimento são apropriados pelos poderes externos, mas precisam participar da dinâmica cultural que os dá visibilidade e chances de sobrevivência econômica.

Os gestores temem o desaparecimento do artesanato das loiceiras, na falta de sucessão das artesãs. Por ser um trabalho cansativo, pesado sem estruturas, com pouco retorno econômico, as loiceiras não almejam esse trabalho para suas filhas e netos. Desejam que suas filhas tenham uma educação melhor, estudem para não precisarem fazer loiças como elas. Sabem ser um trabalho duro e perigoso:

Temos que ir buscar a lenha no mato para queimar loiças; nem pagando, hoje, você encontra quem vá buscar essa lenha. Porque é perigoso, pode uma cobra te pegar, você pode ser espetada por um pau no caminho. Teve uma das loiceiras que se feriu; um tronco caiu no pé dela. Ela passou mais de seis meses sem poder trabalhar. O barro é pisado com um pedaço de pau grosso e pesado, até virar pó, isso é muito cansativo. Depois peneiramos o barro, para ficar fininho como uma farinha. Depois molhamos o barro, divide em bolos e batemos com as mãos, como massa de pão, cerca de três quilos por bolos. Em seguida batemos novamente com um pau. Isso é só a preparação do barro. Eu não quero isso para minha filha. (Loiceira).

Mesmo que a fala da liderança local tema o fim da tradição das loiças, as loiceiras lutam para não precisarem estar mais trabalhando neste tipo de atividade.

Se eu arranjasse qualquer outra coisa para fazer, eu deixava isso aqui! A gente trabalha muito e ganha pouco. Todo mundo quer vir aqui tirar foto, trazer visitante para ver nosso trabalho, mas ninguém ajuda a gente.... Só G. que agora trabalha lá na Escola, arrumaram pra ela. Ai! como eu queria! (S. e L.).

Para a prefeitura de Santa Luzia o fato das loiceiras expressarem o desejo de trocar o artesanato por outro trabalho, compromete o projeto de “autenticidade” como marca de uma identidade, reconhecida dentro e fora do município, comemorada em datas específicas.

Porém, a significação desta identidade através deste ofício, nos mostra as diferentes formas de apreendê-lo, interna e externamente, uma vez que os gestores esvaziam seus significados a partir de necessidade midiáticas e de fetichização de um trabalho penoso, custoso e com pouco retorno (HELENO e REINHARDT, 2017).

Com as mudanças trazidas com a migração para a cidade e o acesso à escola e as formas de consumo, elas não querem para suas filhas o mesmo ofício. Canclini mostra que as identidades não são essências, por isso são reinventadas a partir do convívio intenso com as formas de consumo, as mídias e meios de comunicação que criam necessidades constantes (CANCLINI, 1999).

O reconhecimento Quilombola, feito pela Fundação Cultural Palmares, que lhes deu o Título introduziu a comunidade num contexto burocrático das instituições, claro trouxe benefício e direitos, mas também os colocam nesta seara de disputas por capital simbólico, desconfianças e aumento de luta pela posse de sua própria identidade.

As mulheres resistem as mudanças no fabrico das louças, preferem se manterem fieis as suas tradições, no fabrico, polimento, como foram ensinadas. Ao mesmo tempo em que elas reconhecem a dureza do trabalho, rejeitam qualquer inovação na forma do trabalho com as loiças, afirmando a tradição.

Para a cidade a tradição dos quilombolas é necessária como atributo do local, mas as diferenças raciais se desdobram em desigualdades reais cotidianas, observadas no trato desigual entre brancos e os “negros da Talhado” (BARROS, 2008). Quanto à loiceiras, não basta mais o passado do filme Aruanda, elas querem contar suas próprias histórias e fazer suas escolhas.



Figura 16: as “loijas”. Fonte: trabalho de campo



Figura 17: Peças prontas. Fonte: trabalho de campo

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa me traz muita gratidão, pela oportunidade de conhecer a história dos quilombolas de Santa Luzia, em específico das mulheres loiceiras. Elas representam a força indescritível que a figura feminina, com todos os desdobramentos que as relações de gênero apresentam em nossa sociedade.

Conheci uma mulher que toma decisões, que não tem medo do trabalho, que vislumbra um lugar melhor, uma vida melhor, que vai atrás do seus sonhos, que se liberta dos preconceitos estabelecidos e postos sobre seus ombros, que abre caminho para o novo, sem medo do que virar pela frente.

Na figura de Rita Preta encontrei tudo isso, inclusive reconhecimento da pessoa, que teve reconhecimento oficial por parte dos gestores municipais e estaduais e do movimento negro do Estado. Rita Preta era uma daquelas mulheres para serem estudadas em escolas, todas as pessoas eram para conhecer o que essa mulher provocou na sua comunidade, ela mudou a sua história de sua comunidade apenas acreditando em dias melhores e que era possível usar o que havia em suas mãos, barro e água, para transformar várias vidas. Dentro da comunidade existe um reconhecimento do seu valor, tudo que ela provocou de mudanças.

No entanto, ainda há muito a ser reconhecimento por parte do governo federal, em especial no contexto atual, quando assistimos ataques às comunidades tradicionais, e quilombolas, aos seus direitos e saberes. Há muita incerteza e um aumento do racismo nos últimos tempos no Brasil, veiculado e estampado nos meios de comunicação e nas redes sociais.

De Rita Preta veio a inspiração para continuidade de luta pelos direitos e respeito a história das loiceiras, pelas outras mulheres da comunidade, que até hoje vivem do ofício da cerâmica. Histórias como essas me inspiram, inspiram o mundo, porém ainda são pouco divulgadas e valorizadas.

Já a história de Céu também é de suma importância para a luta da Associação das loiceiras e o movimento quilombola em Santa Luzia e na Paraíba, especialmente quando vemos uma dupla discriminação: racial e de gênero, uma vez que a mesma foi morta pelo machismo que ainda nos cerca e que ceifa vivas. Precisamos refletir sobre tudo isso, e este trabalho é uma tentativa de dar visibilidade a este contexto de luta e de sobrevivência.

Penso que atitudes assim, são iguais às que há muito tempo foi escrita por Platão (filosofo da Grécia Antiga) no Mito da Caverna, é possível que os quilombolas do Talhado nem vislumbrasse outra realidade, não visse outra perspectiva de vida, não existisse dentro deles a possibilidade de uma vida diferente daquela. Porém as correntes foram desatadas quando Rita Preta dentro do íntimo dela acreditou que a possibilidades de uma vida diferente, com a garra e desamarras mentais de não aceitar o destino proposto. Ela escreveu a partir da força, coragem e luta,... é,... as sobras na parede foram desaparecendo, o fogo fora da caverna iam aos poucos se transformando em brasas, e não mais refletiam grandes sobras dentro da caverna. Uma nova realidade se estabelecia. Assim como Rita Preta, existem muitas. Mesmo dentro das Loiceiras.



Figura 18: Líder das loiceiras no período da pesquisa. Fonte: trabalho de campo

---

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Eulália Bezerra. **Tornando-Se Quilombola no Monte São Sebastião (Santa Luzia/PB): Etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do Parentesco**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2011.

BERREMAN, G. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himaláia. In: Zaluar, Alba (org.), **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, étnica e estrutura social**. São Paulo, Pioneira, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo**, São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Talhado: um estudo de organização social e política**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRJ, 1975.

CORRÊA, Laura Guimarães; SILVEIRA, Fabrício José N. da., Representação. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS). **Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: PPGCom – UFMG, 2014.

FLEISCHER, Soraya. **Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço**. Rios, Florestas e Alteridade: Chegando à região de Melgaço, Pará. Belém. Paka-Tatu; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FOOTE-WHYTE, William. “Treinando a observação participante”. In: Zaluar, Alba (org.), **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

GOFFMAN. E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes, CHIANCA, Luciana O. “O passado mítico como elemento identitário da coletividade cigana em Sousa, Paraíba”. In: GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSK, M.; CHIANCA, Luciana de Oliveira (organizadores). **Ciganos: olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

<http://www.cedefes.org.br/>. Acesso em: 07/02/2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. A identidade em questão. 10 edição. DP&A editora, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade. In: SILVA, Nelson Tomaz T (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HELENO, Bárbara L; REINHARDT, Rafaella Max. Apropriação Cultural: Novas Configurações das Identidades na Era da Globalização. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 2017.

RODRIGUES, Lea Carvalho Análise de conteúdo e trajetória institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, e desafios. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, 2011

LÈVI STRAUSS, C. **A via das máscaras**. Lisboa: editora Presença, 1975.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual dos estudos culturais. In: Tomaz Tadeu SILVA (org.). HALL, Stuart. **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes: 2000, p. 103-133.